

A CORRUPÇÃO EM MAQUIAVEL: NOTAS A PARTIR DOS “DISCURSOS SOBRE A PRIMEIRA DÉCADA” DE TITO LÍVIO

Uílder do Espírito Santo Celestino⁵⁹

Resumo: O presente artigo comenta e analisa o tema da “corrupção” presente na obra “Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio”, revisado e publicado no Brasil sob a responsabilidade técnica de Patrícia Fontoura Aranovich (2007) que apresentou o texto de Maquiavel como resultante de reflexões sobre a crise política que várias cidades italianas passavam no começo do século XVI. Neste contexto, o autor foi apresentado como um homem dedicado à ação no sentido de procurar orientar a organização de instituições e cidades por meio da ação política envolvendo-se completamente com os problemas da época. A análise do termo “corrupção” deste artigo também se organiza em torno da compreensão do teórico florentino no pensamento republicano moderno, portanto como um pensador interessado no cumprimento de leis ou ordenamentos que são contrários aos governos tirânicos. Tem-se um pensamento em favor de formas de governos pautados na lei conforme o modelo político republicano e que preserva alguma liberdade para os povos (SOUZA, 2019; 2014), sendo a ideia de corrupção contrária ou destruidora de marcos políticos, a república e as liberdades. Considera-se que em Maquiavel a análise da formação de corpos políticos se dá segundo o que Bignotto (2008) chamou de uma antropologia negativa, que o diferencia das abordagens das antropologias dos séculos XIX e seguintes, mas que, trazida para o nosso tempo, ainda nos informa sobre como ocorre a ação humana em diversos setores da política e da história, incluso o tema da corrupção.

Palavras-chave: Maquiavel; república; corrupção; antropologia negativa.

Abstract: The present article comments and analyzes the theme of “corruption” present in the work “Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio”, revised and published in Brazil under the technical responsibility of Patrícia Fontoura Aranovich (2007) that appears or text by Maquiavel result of reflections on the political crisis that several Italian cities are going through during the 16th century. In this context, the author presented himself as a man dedicated to the absurdity of trying to guide the organization of institutions and cities through political action, totally involved with the problems of the time. The analysis of the term “corruption” in this

⁵⁹ Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: uilder.celestino@gmail.com

article is also organized around the understanding of modern non-republican Florentine theoretical thinking, as well as a thinker interested in not complying with laws or regulations contrary to tyrannical governments. There is a thought in favor of forms of government governed by law according to the republican political model and that preserves some freedom for the poor (SOUZA, 2019; 2014), being an idea of corruption against or destroying two political milestones, a republic and as freedoms. In Maquiavel, the analysis of the formation of political bodies is due to the second or what Bignotto (2008) called a negative anthropology, which either differentiates the approaches to anthropology two nineteenth centuries and following, more than traced to or ourselves, further informs of how human action takes place in different sectors of politics and history, including the issue of corruption.

Keywords: Maquiavel; republic; corruption; negative anthropology.

Introdução

O nome Maquiavel é, sem dúvida, mencionado, usado e abusado em diversas cenas da política, incluso no século XXI, na mesma frequência com que tais menções são ausentes de rigor ou compromisso real com seu pensamento. As ideias mais reproduzidas no senso comum acerca deste pensamento vão no sentido de ligá-lo a práticas políticas não recomendáveis, como se o nome Maquiavel fosse receita de metas ardilosas, enganadoras, inescrupulosas e corruptas. Para nossa sorte, sérios e dedicados pesquisadores do mundo acadêmico seguem preocupados com o efetivo entendimento do pensador florentino, apresentando, aos que se prestam à leitura, o conteúdo de uma ciência política muito interessada no funcionamento das repúblicas, para que os atores políticos delas participantes possam protegê-las de desordens e tumultos generalizados.

A caricatura produzida em torno do pensamento de Maquiavel, não sabemos por qual razão, é ainda muito presente nos ambientes da própria política comezinha e intuimos que tal deturpação tenha relação com aspectos morais que desestimulam a ação política desprovida de idealismos e dogmas maniqueístas. Mas desvendar tais relações entre idealismos e práticas políticas não é o propósito deste artigo. Desprezando toda a carga depreciativa que se formou em torno do nome Maquiavel em uma sociedade como a brasileira, polarizada em enquadramentos do tipo pertencentes ao “paraíso” e ao “bem” e, de outra parte, ao “inferno” e ao “mal”, pretendemos, longe de quaisquer deturpações, dar segmento a um referencial teórico

controlado e abalizado no campo da ciência e da filosofia política, totalmente indiferente às caricaturas indiscriminadas e ainda recorrentes e atreladas a este nome.

Não por acaso, somente neste mundo de caricaturas é que o termo “corrupção” poderia sugerir algo atrelado com o pensamento de Maquiavel. É também como meio de combate a estas caricaturas ou espantalhos que novemos o presente tema para análise, apresentando o texto do próprio autor junto com textos de especialistas a fim de separar totalmente ambas as concepções a respeito deste pensamento. De maneira inicial, podemos antecipar que o interesse na ordem e no encaminhamento das necessidades do povo até o nível da esfera política é visto como prática de inclusão de sujeitos no campo da cidadania, uma preocupação constante nos escritos de Maquiavel, de maneira que, sob nenhuma hipótese, seu pensamento poderia estar atrelado às rapinas da política, como pretende um tipo de pensamento veiculado ao senso comum.

No decorrer de sua trajetória e produção acadêmica, Flávia Benevenuto de Souza apresentou uma série de elementos que interessam à ciência e filosofia política em Maquiavel. Como primeiro destaque, cito a identificação das condições necessárias exigidas a um governante, correspondendo ao conceito de *virtù*, analisado como chave para a compreensão da ação política em Maquiavel, devendo atravessar a ação de um governante perante seus governados de maneira eficaz. Uma boa soma de requisitos torna um governo realizável e a manutenção do poder por tal governante se obtém desde que ele tenha *virtù*, já que sedições e tumultos nunca estarão fora de cogitação, nunca devem estar fora do radar de qualquer governo. Diferenciada da *virtù* do povo, compete ao governante compreender os humores do corpo político que o cerca e apresentar-se de modo a dar respostas a tais humores e isso sem contar com a amplitude do tema da fortuna, ela sozinha não dando conta da tarefa da governança (SOUZA, 2011).

Tal leitura de Maquiavel permite atestar a condição deste pensamento como teórico e político da república. Ainda por intermédio das investigações de Flávia Benevenuto de Souza (2019) e tendo em vista o teor da análise promovida por Maquiavel em meio aos ecos da tradição romana, considera-se que não apenas nos *Discorsi* sobre a primeira década de Tito Lívio mas também em reflexões encontradas na obra *História de Florença*, se pode enxergar, em todos estes escritos, a necessidade da *virtù* do governante, caso também seja ele o legislador (uma possibilidade em sua época), porque, segundo Maquiavel, a república é lugar de constantes tumultos, agitações e disputas de interesses, a serem equacionados mediante *virtù*. A pesquisadora que nos influencia apontou como os primeiros capítulos dos *Discorsi* guardam

relação direta com as formas de governos republicanos até então conhecidos, estando Maquiavel embevecido pelas repúblicas (Roma e Florença) que propriamente por tiranias. Tais elementos de governos republicanos já estão presentes desde o livro mais referendado, *O príncipe* (2004), no qual as formas de governo, sejam as repúblicas ou os principados, obedecem às mesmas necessidades políticas.

Assim, mesmo a leitura de *O príncipe* (2004) está implicada com a compreensão do governo e da política desenvolvida por Maquiavel em suas obras menos vulgarizadas, isso porque os dilemas que acompanham os principados são equivalentes aos riscos de uma república cair em ruínas, o que implica na relação do governante perante o povo e a capacidade de se formar boas ordenações. Novamente, os elementos que ligam Maquiavel à teoria política republicana estão presentes na análise de principados que não se constituiriam, a rigor, em modelos republicanos. É possível pensar em diferentes instituições, diferentes ordenações, diferentes corpos políticos, todavia, em movimentos políticos equivalentes por parte deste ou daquele governante, com ênfase para a ineficácia das tiranias.

A “vantagem” de uma república, segundo observou Maquiavel ao visitar fatos da história de Roma e Florença, consiste na possibilidade de se ordenar os tumultos, de procurar garantir conteúdo político às tentativas de sedições, encontrando espaço, dentro desta república, para se ouvir as demandas do povo, da turba desorganizada. Maquiavel insiste que essa foi a grande invenção romana, que abriu espaço na política para os tribunos da plebe, retirando a exclusividade da política das mãos das oligarquias. Ouvir ou representar o povo em uma arena pública específica, dar encaminhamentos procurando antecipar sedições, motins, tumultos e conflagrações, longe de ser uma medida para demonstração de bondade perante o povo, é medida de inclusão do povo no ordenamento ao fazê-lo obter suas vantagens por meios autorizados e mediante as ordenações previamente definidas na república.

Quando a corrupção ganha (e destrói) a república

O tema da corrupção também foi explorado por Flávia Benevenuto de Souza (2014), a partir da ideia de um terceiro corpo político não constituído, a licença. Sem dúvida, o tema da licença é mais central na teoria e filosofia política de Maquiavel que propriamente a corrupção, porque indica uma possibilidade de sucessão correspondendo à morte dos governos republicanos. Um principado, argumentou, deve almejar ordenações e governanças que o afaste

da tirania e o aproxime da república. O governo republicano, por sua vez, pode degradingolar para a licença. Se há possibilidades de governos na licença, não nos parece ser a inclinação do pensamento de Maquiavel. Todavia, peço licença para transcrição dos comentários a respeito deste tema, por meio da pesquisadora e investigação anteriormente referendadas:

A licença pode, de fato, representar o último estágio de um processo de corrupção instaurado em que o degradingolar das ordenações culmina não mais em um corpo político propriamente dito, mas nas consequências do seu processo de corrupção, ou ainda, no que ainda restou da degeneração do corpo político. Assim como pode representar também a incapacidade de um determinado corpo político se constituir, assumir forma, seja ela República ou Principado [...]. Entretanto, em vez de uma forma de governo, tal como o Principado ou a República, a licença apresenta-se ou como o resultado da efetividade da corrupção de um determinado corpo político, ou pela incapacidade de um determinado corpo político se efetivar como forma de governo propriamente dita (SOUZA, 2014, p. 83).

O que nos chama a atenção nesta passagem da leitura de Souza (2014) é o fato de que, para ela, Maquiavel enxergou a formação desta “licença” que sequer é um corpo político propriamente dito. A licença, de acordo com a chave de leitura de Souza, não consegue constituir-se em qualquer “nova” forma de governo, pois o processo de corrupção degradingola as ordenações e destrói o corpo político dos principados e das repúblicas, restando algo que não é um corpo político, não é uma nova forma de governo, mas é a morte propriamente dita do governo substituído por seus efeitos, aqui chamado por “licença”. Tendo em vista que a corrupção é a responsável por tal mudança de estágio, chegamos ao núcleo deste artigo, qual seja, se já entendemos Maquiavel como um teórico da república e se ele nos alerta para o fato de que o corpo político de uma república, por meio da corrupção, pode degradingolar para se tornar uma licença, convém lermos com mais atenção sobre o que consiste a corrupção em Maquiavel.

Como dissemos desde o primeiro momento em que estamos argumentando que o senso comum comete erro crasso ao ligar, sem qualquer amparo sério de leitura, o nome Maquiavel à própria corrupção na política, entendemos que esclarecer este ponto de leitura contribui com o esforço já destacado anteriormente por outros pesquisadores de trazer para a razoabilidade do próprio texto de Maquiavel os termos de sua teoria e filosofia política. Assim, chamamos atenção para o fato de que, nos “Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio”, a ideia de corrupção não se apresenta como uma questão de conduta pessoal, exclusiva ou restrita apenas ao sujeito vivente no principado ou na república. Por mais que um conspirador seja um agente de corrupção, o que interessa Maquiavel é perceber a quanto determinada sociedade está ou não

corrompida. Destacaremos, neste aspecto, formulações contidas já em seu primeiro livro dos Discursos:

O mesmo ocorre a um povo, que, acostumado a viver submetido ao governo de outros, por não saber defender-se nem atacar nas lides públicas, por não conhecer os príncipes nem ser por eles conhecido, logo se submete de novo ao jugo, que na maioria das vezes é mais pesado do que o anterior que, pouco antes, ele se arrancara do pescoço: e fica em meio a tais dificuldades, desde que a matéria não esteja corrompida. Porque um povo inteiramente corrompido não pode, nem por breve tempo, viver livre, como abaixo se discorrerá: por isso, o que aqui dizemos refere-se aos povos entre os quais a corrupção não seja muito propagada, sendo ainda maior a parte boa que a podre (MAQUIAVEL, 2007, p. 65).

Nesta passagem, de maneira inesperada, o tema da corrupção se impôs sobre o assunto da submissão de um povo por outro povo. Ao refletir sobre ela, percebemos como, na análise maquiaveliana, um povo suportaria até um jugo ou uma submissão mais pesada e agressiva de outro povo não corrompido, conforme passagem “e fica em meio a tais dificuldades, desde que a matéria não esteja corrompida”. Precisamos chamar a atenção de que o sucesso desta submissão, levada à hipótese real, está garantido porque o povo não submisso (dominador) não está corrompido. Mesmo tratando-se de uma submissão mais pesada, se não houver corrupção entre os que governam, isto é, com ordenações apropriadas, leis, regras ou processos legais estabelecidos e seguidos, tal governo e tal submissão terão êxito.

Por outro lado, o povo que impõe a submissão a outro, ao pretender ser livre ao exercer tal submissão, não pode ficar muito tempo livre, caso tal povo esteja corrompido. A lição de Maquiavel, neste ponto em destaque, atribui a condição de povo livre àquele que exerce submissão sobre outro, como também é livre o povo que não esteja corrompido a ponto de manter sua ordenação sobre outros povos, independente do grau de submissão, se um jugo é mais ou menos leve. Um povo que não esteja corrompido é capaz de impor seu jugo a outro povo, de maneira que pouco interessa para Maquiavel o tema da corrupção endereçado ao cidadão isolado. Um simples cidadão não é capaz de ameaçar uma governança, como vulgarmente se pensa, mas é quando a corrupção está propagada que os governos não se impõem. Por outro lado, “sendo ainda maior a parte boa que a podre”, a corrupção, podemos dizer assim, estará sob controle. Mas adiante, embora fique expresso que a corrupção possa atingir as esferas dos governantes, são eles quem deve contê-la com rigor, pois os poderosos que não estão no governo podem facilmente tornarem-se inimigos da civilidade:

Razão por que nessas províncias nunca surgiu nenhuma república nem nenhum tipo de vida política; porque tais tipos de homens são totalmente inimigos da civilidade [*civiltà*]. E não seria possível introduzir uma república em províncias assim constituídas, mas, para reordená-las – caso a alguém coubesse tal arbítrio –, não haveria outro caminho a não ser constituir um reino. A razão é que, onde a matéria está tão corrompida, não bastam leis para contê-la, e é preciso ordenar junto com elas maior força, que é a mão régia, que, com poder absoluto e excessivo, ponha cobro à excessiva ambição e corrupção dos poderosos (MAQUIAVEL, 2007, p. 161).

Nesta nova passagem, fica expresso o quanto se entende como corrompidas as províncias com “excessiva ambição e corrupção dos poderosos”. Destaca-se que tais poderosos não fazem parte do governo. Em Maquiavel, caberia ao governo conter tais poderosos corruptos e ambiciosos, com um poder maior, o “absoluto e excessivo”, mais forte que as próprias ordenações e leis. Ao poder do estado, portanto, cabe exercer o controle da corrupção dos poderosos que, fora do estado, colocam a “civilidade” em risco. Comparando a passagem anterior com reflexões do livro terceiro dos Discursos, é possível compreender a força da corrupção destes poderosos, inimigos dos estados, na medida em que são eles são capazes de conjurações seja por dentro da república, cujo ensejo se dá por conta de haver, nela, corrupção:

As conjurações contra a pátria são menos perigosas para quem as trama do que aquelas contra príncipes, porque, enquanto estão sendo tramadas, os perigos são menores do que naquelas; na execução, os perigos são os mesmos; depois da execução, não há perigo algum. [...] Isso se diz de uma república em parte corrompida, porque na república que não está corrompida não haverá ensejo para maus princípios, logo não ocorrerão tais pensamentos a nenhum cidadão. Os cidadãos, portanto, podem aspirar ao principado por muitos meios e muitos caminhos, sem perigo de serem reprimidos, seja porque as repúblicas são mais lentas que um príncipe – pois nelas há menos desconfiança e por isso elas são menos cautelosas –, seja porque têm mais respeito por seus cidadãos grandes, e por isso estes têm mais audácia e ânimo na oposição (MAQUIAVEL, 2007, p. 341).

Nesta passagem, Maquiavel chega a dizer que numa república não corrompida não há ensejos de conjurações por parte dos cidadãos. Isso nos leva a um lugar crucial, tendo em vista que, seguindo o pensamento de Maquiavel, toda vez que alguém atenta contra o poder, tais ideias promotoras deste atentado necessariamente surgiriam de um ambiente corrupto. Percebamos que, de acordo com a própria letra do autor, haveria muitos meios e muitos caminhos de se chegar ao poder sem o perigo da repressão, mas “os cidadãos grandes”, tendem a não trilharem estes caminhos, buscando “audácia e ânimo na oposição”. Assim, os poderosos que não estão no governo são os que mais atentam contra “a pátria” e contra os “príncipes” por não buscarem o poder pelos meios previstos em ordenação, mas por conspirarem por meio de sedições e conjurações que intentam em meio a um ambiente onde, há um bom tempo, grupos

já trabalharam para corrompê-lo. Nota-se, mais uma vez, a relação entre corrupção e esforço de atentar contra a pátria, contra o príncipe ou contra a república.

De qual maneira a corrupção se alastra numa cidade ou qualquer região dotada de governança, essa é outra questão que indica o caráter coletivo da ideia da corrupção em Maquiavel. Peguemos o exemplo da atuação de um homem isolado, obstinado em corromper um principado. Tal homem não obterá sucesso para si, mas jogará a semente para que a corrupção de alastre a cada nova geração e suas campanhas difamatórias apenas parcialmente se farão sentir em sua época. Mas seus atos de desordem beneficiarão a outros:

Porque um homem pode muito bem começar a corromper o povo de uma cidade com seus modos e seu mau comportamento, mas é impossível que a vida de um só homem baste para corrompê-la de tal maneira que ele mesmo colha os frutos; e, ainda que fosse possível fazê-lo por dilatado tempo, seria impossível o sucesso, em razão do modo como procedem os homens, que são impacientes e não conseguem adiar por longo tempo uma paixão. Ademais, erram nas coisas que fazem, sobretudo nas que muito desejam; assim, seja por pouca paciência, seja por errarem, cometeriam seus intentos em hora errada e dar-se-iam mal. Por isso, para conquistar autoridade numa república e conformá-la malvadamente, é mister encontrar a matéria desordenada pela ação do tempo, ou seja, que, aos poucos, de geração em geração, tenha ela sido conduzida à desordem: ao que ela chegará necessariamente, caso não tenha sido – como acima discorremos – muitas vezes renovada por bons exemplos ou levada de volta aos seus princípios por novas leis (MAQUIAVEL, 2007, p. 350).

A passagem acima nos mostra com exatidão qual a posição de um homem, isolado, no contexto da corrupção. Cada homem pode trabalhar para corromper um povo, mas somente o passar do tempo, com a propagação de tal corrupção, dará as condições para futuras derrubadas de autoridades ou conquistas de novas autoridades. Se novas leis estiverem se estabelecendo neste processo, haverá outro governo. Mas se a regra for a desordem, tal será a prova da corrupção enquanto persistir a ausência de leis. Assim, o enfraquecimento das leis e do estado, destino de um projeto de corrupção, pode ser uma situação momentânea, visando alternância de autoridade mas também pode ter por horizonte a completa desordem. Em ambos os casos, o ato de enfraquecer as leis tem a ver com a meta de corromper a coisa pública, favorecer o privado e o particular, conforme a seguir:

As vias privadas consistem em fazer benefícios a este e àquele, emprestar-lhe dinheiro, casar suas filhas, defendê-lo dos magistrados, prestando favores privados semelhantes, que fazem partidários e estimulam os que são assim favorecidos a corromper o público e enfraquecer as leis. A república bem-ordenada deve, portanto, abrir caminhos, como dissemos, a quem busca favores por vias públicas e fechá-los a quem os busca por vias privadas, como fez Roma... (MAQUIAVEL, 2007, p. 407).

Nesta passagem, Maquiavel descreveu os atos de corrupção por meio do enfraquecimento das vias públicas e do favorecimento por benefícios privados. A busca de favorecimentos privados é como a negação da coisa pública, pois o objetivo é corromper a república bem ordenada. Os favores privados estariam deslegitimando e destruindo o público, de maneira tal que todo homem corrupto sempre destrata o estado, atua por fora dele, decide fora das leis. O enfraquecimento do estado é o alvo dos atos de corrupção. Por fim, o livro terceiro dos Discursos nos deixa uma saída desencantada:

E, quando são homens acostumados a viver numa cidade corrompida, onde a educação não tenha neles infundido nenhuma bondade, é impossível que se retratem em razão de qualquer acontecimento; e para cumprir sua vontade e satisfazer à sua perversidade ficariam felizes com a ruína da pátria. Para vencer essa inveja não há outro remédio senão a morte daqueles que a nutrem; e, quando a fortuna é tão propícia ao homem virtuoso que tais invejosos morrem por vias naturais, aquele atinge a glória sem escândalos, quando pode mostrar sua *virtù* sem obstáculos e sem injúrias; mas, quando não tem essa felicidade, precisa pensar em todos os meios de livrar-se deles; e, antes de fazer qualquer coisa, precisa pensar nos modos de vencer essa dificuldade. E quem ler a Bíblia sensatamente verá que Moisés, para que suas leis e suas ordenações tivessem progressos, foi forçado a matar um número infinito de homens, que, movidos por inveja, se opunham a seus desígnios (MAQUIAVEL, 2007, p. 411-412).

Não podemos ver estas reflexões finais dos Discursos senão como uma apreciação de momentos decisivos numa cidade com população profundamente corrompida por ter produzido maioria de homens que desejavam nada mais que a ruína de onde viviam. Por mais que a educação se empenhe em pensar o público e o comum, haverá sempre os “invejosos” procurando atingir a fortuna dos homens que detém *virtù* bem como atingir as bases de toda uma sociedade (ou cidade). Por meio da letra dos Discursos de Maquiavel, a morte precisaria atravessar o caminho destes homens acostumados com a cidade corrupta, seja por razões naturais, seja pela ação, a essa altura violenta, de outros homens de *virtù*, a exemplo de Moisés que, contrariando o não matarás das escrituras, haveria sido forçado a interromper a vida, ao que parece, não de todos os desrespeitosos da lei.

Considerações Finais

As recomendações de Maquiavel perdem valor e sentido em caso de ações movidas por governos não detentores de *virtù*. Nos termos da pesquisadora brasileira e tradutora dos *Discorsi* Patrícia Fontoura Aranovich (2013), Maquiavel chegou a tais conclusões praticando uma teoria

política juntamente com uma análise da história. A natureza da obra maquiaveliana consiste, portanto, neste *riscontro* entre homem e história, o que significa empregar a análise histórica como exemplo de ação. A ação política, neste caso, deve antes passar pelo crivo da história, seja ele de forma natural ou artificial. Tomar decisões naturais significa intuir pela história mas também há o espaço para a cautela antecedendo as ações e as decisões humanas. Mas a *virtù* é um desafio externo ao produzido na teoria política e na análise histórica a ponto de atuar como justificação para todas as proposições do pensador florentino. Não há como entender este método de investigação de teoria e filosofia política sem lembrar dos Discursos, que, também de acordo com a pesquisadora, foram escritos em “raízes muito mais profundas do que as situadas na crise pela qual passava a Itália no começo do século XVI” (ARANOVICH, 2007, p. XXII). Segundo a tradutora, a pergunta que movia este homem de Florença nos Discursos era: “é possível reformar um sistema corrompido?” (ARANOVICH, 2007, p. XXXIX). Assim, Maquiavel partiu de uma constatação negativa, buscando na história elementos que pudessem lhe conferir respostas às suas preocupações.

O marco inicial da reflexão de Aranovich (2007) dá as pistas do que foi desenvolvido no presente artigo, isto é, a corrupção como um tema que admite ser considerado como sistema, não como atos isolados, mas como atos ou ações cujo alvo é o ataque à coisa pública de toda cidade, estado, república, principado (ou sociedade). Não podemos perder de vista, igualmente, que a abordagem aqui explorada para leitura de Maquiavel, pressupõe a caracterização de um tipo de “antropologia negativa”, nos seguintes termos:

O que Maquiavel busca com a afirmação de sua antropologia negativa é simplesmente encontrar os eixos centrais de sua argumentação prestando atenção apenas às determinações que emergem do estudo das variáveis de caráter político. Com isso, ele exclui a ética, a metafísica, a antropologia filosófica de sua pesquisa, mas isso apenas quando o debate diz respeito a fundamentos. Constituídas as balizas centrais de sua investigação, é claro que ele não pode se furtar de levar em conta os dados que nos são transmitidos pela história ou pela observação direta da natureza humana. O realismo maquiaveliano não é um positivismo como o de Durkheim, que exigia que considerássemos como fato social apenas o que podia ser verificado. Trazida para nosso tempo, a antropologia negativa de Maquiavel não obstaculiza o uso dos resultados da antropologia, da etnologia e da psicanálise como fontes preciosas para a compreensão das sociedades atuais. Apenas nos alerta quanto ao fato de que esses saberes não possuem os mesmos fundamentos da filosofia política, embora possam partilhar objetos e resultados. Maquiavel renuncia a criar um saber total sobre o homem, para estudar de forma aprofundada uma das manifestações essenciais de sua natureza. Com isso ele aceita o fato de que a história decorre das ações humanas, tanto quanto de forças que não controlamos, mas permite as críticas a todos os que pretendem entender as transformações de nossas sociedades pelas lentes dos determinismos, que recusam o lugar das ações voluntárias, ou dos relativismos, que se contentam com a descrição de fenômenos sobre os quais não podemos falar. (BIGNOTTO, 2008, p. 99-100).

Diante desta antropologia negativa, convém deixar claro que não estamos tratando de uma teoria totalizante, de uma lente determinista, como foram boa parte das sociologias e antropologias do século XIX. Procuramos introduzir o tema da corrupção na pretensão de captar o pensamento de Maquiavel e não exatamente a realidade na qual a corrupção se estabelece. É provável que o tema da corrupção, nos tempos de Brasil do século XXI, mova uma série de emoções, em meios às quais não há ponto de chegada, de análise comum. Este nunca foi nosso objetivo, ou seja, partir do tema da corrupção em Maquiavel para se chegar ao tema da corrupção nos tempos desta escrita. O que foi pretendido, e pensamos ter conseguido alcançar, foi: estabelecer uma relação por meio de comentadores abalizados e de citações diretas da teoria e filosofia política estudada para, por fim, comentar e analisar tal literatura, tão carente de intercâmbio haja vista as caricaturas veiculadas pelo senso comum. De maneira que, ao vincular as reflexões aqui trazidas com as chaves de leitura já desenvolvidas por Flávia Benevenuto Souza (2011, 2014, 2019), Aranovich (2007; 2013) e Bignotto (2008), ao tempo em que demonstramos uma produção já consistente, anteriormente à nossa, para o entendimento do pensamento de Maquiavel, também explicamos a distância que existe entre as ideias sobre este pensamento e a política comezinha distante de tudo aquilo que se produz com qualificação por parte da intelectualidade brasileira.

Em diálogo com a passagem de Bignotto (2008), lembramos que os corpos políticos pensados na antropologia negativa de Maquiavel não poderiam ser caracterizados como permanências até chegarmos aos termos atuais mais oportunos para o tema da corrupção. É claro que os dados transmitidos nos Discursos são de natureza histórica, mas não há qualquer pretensão de acolher as conclusões, sobretudo as finais que lembram o emprego da violência e da morte como último sacramento, tal como a menção das ações de Moisés para efeito de uma prática e ação no presente. Em definitivo, o que se pretendeu foi promover a análise de um tema e não a apreensão de uma realidade. E como a história decorre das ações humanas, haveremos de ter abertura política, inteligência teórica e inventividade filosófica para pensarmos variadas formas e possibilidades para a ação humana fora dos voluntarismos, relativismos ou da mera descrição de fenômenos tal como se fossem reais e incontestáveis. Ler o realismo de Maquiavel não nos autoriza a transpor aquelas histórias para as histórias do presente, o que já não seria, também, um realismo de nossa parte.

Referências bibliográficas

ARANOVICH, Patrícia Fontoura. O riscontro: considerações sobre a política e a história em Maquiavel. In: *Tempo e Ciência*, vol. 20, n. 40, 2013.

_____. Introdução aos Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio de Nicolau Maquiavel. In: MAQUIAVEL. *Discursos a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BENEVENUTO, Flávia. Maquiavel e a tradição republicana. In: *Prometheus*, n. 30, May/August, 2019.

_____. Maquiavel e a licença. In: *Cadernos de ciência e política: 500 anos do príncipe*, n. 24, 2014.

_____. *A virtù do governante: circunstâncias e ações para a conquista e a manutenção do poder no pensamento de Maquiavel*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Tese de doutorado em filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2011.

BIGNOTTO, Newton. A antropologia negativa de Maquiavel. In: *Analytica*, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 2, 2008.

MAQUIAVEL. *Discursos a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *O Príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.